

O NACIONALISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UMA PÁTRIA (1838-2009)

Edson Alexandre Santos Real¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as políticas educacionais implementadas pelo governo brasileiro, entre meados do século XIX e durante o século XX. O foco central da discussão está baseado na educação e na construção de um pensamento nacionalista na recém-criada República Federativa do Brasil, em 1889. Para conseguir suas metas, o Estado utilizou de todas as formas para criar a ideia de uma nação anterior aos fatos ocorridos em 1889. Para isso, a administração do país tentou munir um imaginário de “nação brasileira”, utilizando um pentágono composto pelo “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, pelo “Exército”, pelo “Herói Tiradentes”, pela “Bandeira Nacional” e o pelo “Hino da Pátria”. Esses símbolos do passado contribuíram para que a ideia de pertencimento a nação fosse aumentada gradativamente na mentalidade da população nacional. A escola, nesse sentido, foi utilizada como o principal veículo de promoção dos ideais estatais.

Palavras-chave: Nacionalismo; Educação; Nação.

No curso de Especialização em História e Culturas Políticas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), há uma disciplina denominada Culturas Políticas e Educação, ministrada pela professora Thais Nivia de Lima Fonseca. Ao longo do curso, a docente abordou discussões como educação/civilidade, os conceitos de nação e nacionalismo, o Iluminismo e a Educação, o Liberalismo Político no Brasil e a Era Vargas.

Para avaliar os estudantes, foi solicitado que os mesmos desenvolvessem uma pesquisa e produzissem um texto acerca das várias temáticas analisadas em sala. Assim, após diversas leituras e questionamentos, surgiu o interesse em produzir um estudo introdutivo sobre as práticas que o governo brasileiro criou, ao longo dos anos, para construir na mentalidade da população a ideia de uma nação chamada Brasil. O resultado deste estudo é o artigo de que trataremos a seguir.²

A partir de finais do século XIX, diversos presidentes do Brasil irão promover medidas para criar e aumentar, na mentalidade da população, a ideia de

¹ Especialista em História e Culturas Políticas. Atualmente é elaborador de material didático da Rede Pitágoras e professor de história do Instituto Dimensão. Universidade Federal de Minas Gerais

² É importante deixar bem claro que, neste ensaio, não haverá nenhuma preocupação de ordem cronológica.

pertencimento a uma nação que acabara de surgir. Na Primeira República (1889-1930), muitos dos projetos de educação foram executados pelo Governo Federal com pouco êxito, porém, ao longo dos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e dos Militares (1964-1985), os projetos de uma educação nacionalista tiveram melhores resultados.³

Pode-se observar que a construção de um imaginário nacionalista na mentalidade da população é um processo em longa duração. Para tal, esboça-se inicialmente uma pequena revisão bibliográfica, a fim de se obter embasamento teórico para a abordagem. A intenção é a de estabelecer um diálogo entre os diversos autores que citaremos.

Em seguida, tendo como pressuposto os conceitos de nação e nacionalismo, abordar-se-á algumas das práticas adotadas pelo governo do Brasil ao longo dos anos para introduzir na mentalidade das pessoas e, principalmente, das crianças, através da educação, as ideias de nação e de nacionalismo.⁴

Sabe-se também a importância e a dificuldade de se analisar os clássicos da literatura mundial, porém, por se tratar de um estudo introdutório, será limitado, pois, a uma apresentação crítica de alguns clássicos. Pensadores de diferentes épocas, entre eles, Anthony Smith, Benedict Anderson, Ernest Gellner, Eric J. Hobsbawm, Francesco Rossolillo, Lucio Levi, Anthony D. Smith e E. Orsi Pimenta discutem o conceito e as diversas formas de nações e nacionalismos existentes no mundo.

A primeira questão a ser discutida aqui é o conceito de nação. Para isso, será utilizada uma definição simplista de tal verbete, presente no Dicionário Brasileiro de Política, para contrapor às análises de outros autores. Nas palavras de Pimenta, autor do Dicionário, nação seria:

[...] primitivamente, indivíduos ligados, pela comunidade de nascimento, ampliando-se pela unidade de origem étnica e, mais amplamente, pela abrangência significativa do espaço territorial ocupado pela sociedade (povo). Comunidade de homens de origem histórico-cultural, ligados no passado pela história e tradições, congregados no presente na busca do bem-estar social e individual, e engajados nas aspirações de um projeto futuro. [...]. A nação é um povo que, consciente de uma comunidade de origem, de uma

³ Importante e instigante análise sobre o Governo Vargas é apresentada por SKIDMORE, Thomas E.; DANTAS, Ismenia Tunes. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco** (1930-1964). 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴ Sabemos que o conceito de um determinado verbete é algo bastante maleável, podendo ser entendido de acordo com a linha de pesquisa do historiador. Os mais utilizados são o viés econômico, cultural, político e social. Entretanto, temos ciência que os textos, em alguns casos, convergem e em outros divergem, mas acima de tudo se iluminam mutuamente. Essa é a nossa intenção.

comunidade de tradições culturais e de uma comunidade de interesses, aceita e quer essa comunidade como condição de vocação pessoal de cada um de seus membros e que incessantemente completa a sua unidade, voltando-se para um futuro a fim de realizar os seus projetos em função de sua história e do seu ideal. (PIMENTA, 1982, p. 135).

Em oposição às várias definições que afirmam que a nação surgiu primitivamente como comunidade de indivíduos, que estão ligados por laços de nascimento, etnia, território, cultura, história, tradições e busca de um bem-estar social, Hobsbawm diz que:

[...] não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-Nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalismo fora desta relação. (HOBBSAWM, 1992, p.19).

O historiador defende que o termo nação só pode ser utilizado em uma época mais recente, em que se torna necessária a existência de um Estado Nacional para que, de fato, se possa utilizar o termo nação. Para ele, a nação terá o seu embrião em finais da Idade Média e início da Idade Moderna europeia, quando ocorreu o fortalecimento do poder real e a definição das fronteiras nacionais de diversos Estados como, por exemplo, Portugal e Espanha. Corroborando com tais palavras, Renan, citado por Rossolillo, diz que “nação é um agrupamento de pessoas que tem a vontade de viver juntos, o plebiscito de todos os dias.” (ROSSOLILLO, 2004, p.797).

Segundo Anderson, a nação é “uma comunidade política imaginada - e imaginada como implicitamente limitada e soberana.”. (ANDERSON, 1989, s/p). Nesse sentido, Rossolillo pactua com Anderson ao dizer que a nação “não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder.” (ROSSOLILLO, 2004, p.797). A própria ideia de nação, como tradição imaginada e inventada, pode, nesse sentido, ser pensada como ideologia política de legitimação do processo histórico de formação do moderno Estado Nacional.

Hobsbawm, Renan, Rossolillo e Anderson abordam a temática da nação como algo mais complexo, no qual a Nação, tendo o mesmo significado político que é conhecido hoje, surge no discurso europeu, durante a Revolução Francesa (1789-

1799).⁵ Ainda mais, as duas principais abordagens que estão em voga — a francesa e a alemã — possuem uma complexidade de fatores que influem na formação das nações. No modelo alemão, destaca-se a concepção fundada em elementos étnicos; raça (majoritariamente), linguístico-cultural e religioso. Todavia, a concepção francesa admite maior complexidade, pois não se refere só a elementos étnicos, como também históricos, culturais e, sobretudo, laços espirituais.

Após abordar o complexo conceito de nação, propõe-se agora uma discussão acerca do conceito de nacionalismo. Da mesma forma, será utilizada uma tradicional definição para tal expressão. Nos dizeres de Smith, o nacionalismo é:

[...] uma ideologia que coloca a nação no centro das suas preocupações e procura promover o seu bem-estar [...] um movimento ideológico para alcançar e manter a autonomia, a unidade e a identidade de um povo que alguns dos seus membros crêem construir uma “nação real” ou potencial. (SMITH, 2006, p.16).

Em síntese, podemos definir que, na concepção de Smith, é imprescindível a presença de um sentimento nacionalista para o desenvolvimento de um embrião, responsável pelo surgimento de uma nação (Estado). Logo, os nacionalistas seriam aqueles que buscam a união de uma determinada região “autônoma” em prol da manutenção de costumes, tradições e do bem-estar social de um grupo de pessoas.⁶ E é nesse sentido que adquire relevância a compreensão de nacionalismo tal como a concebe Hobsbawm, que “para os propósitos de análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.” (HOBBSAWM, 1992, p.19).

Após a definição de nacionalismo concebida por Smith e a análise feita por Hobsbawm, é possível escrever algumas ponderações sobre o assunto. De forma ampla, o nacionalismo tem uma característica política, propondo a valorização e o respeito pelas tradições nacionais, a busca de uma educação voltada para o civismo, o trabalho e a moral. Pode-se também compreendê-lo como um retorno à

⁵ Sobre o assunto, ver: FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

⁶ Exemplos de nacionalistas são o grupo de libertação do País Basco, *Euzkadi Ta Askatana* (ETA) e o *Exército Republicano Irlandês* (IRA).

história e a preparação para o futuro, através da formação do cidadão obediente a ordem patriótica e trabalhadora.⁷

Seguindo a metodologia proposta, para elucidar nossa análise será necessário criar um pentágono composto pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pelo Exército Brasileiro, pelo Herói Tiradentes, pela Bandeira Nacional e o pelo Hino da Pátria, pois se acredita que estes elementos são os principais responsáveis pelo aumento do nacionalismo no Brasil, uma vez que estão diretamente ligados às práticas escolares criadas posteriormente.⁸

O historiador Manoel Luís Salgado Guimarães, em seu artigo intitulado **Nação e Civilização nos Trópicos**, explica o surgimento da produção histórica no Brasil. Segundo o autor, durante o século XIX, a disciplina História adquire o caráter de cientificidade no continente europeu e conquista espaços dentro das universidades. No Brasil, no entanto, *o locus* da produção historiográfica durante este século era restrito, e esteve vinculado a um grupo seletivo e elitista, associando-se, assim, a uma tradição marcadamente iluminista.⁹ E é este grupo de intelectuais, ligado ao poder político dirigente, que proporrá discussões acerca da questão nacional.¹⁰

É no contexto do processo de consolidação do Estado Nacional que se efetiva o pensar a história brasileira de maneira sistematizada. Uma vez implantado o Estado Nacional, com o Império, urge como tarefa para os intelectuais e políticos, delinear um perfil para a nação brasileira, com o intuito de lhe garantir uma identidade própria, acordando com os princípios organizadores da vida social de meados do século XIX.¹¹ A criação do IHGB, em 1838, reflete a tentativa de implementação deste empreendimento, que mantém estreita relação com a proposta política/ideológica de então.

⁷ Para uma definição mais detalhada acerca do termo nacionalismo, ver LEVI, Lúcio. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco *et al.* **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v, p. 799-806.

⁸ O brasão de armas e os selos também são considerados símbolos nacionais, todavia, não foram incluídos neste ensaio devido à necessidade de aprofundamento no assunto. Para isso, ver, LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais**: a bandeira, o brasão, o selo, o hino. Brasília: Senado Federal, 1999.

⁹ Ver: SOUZA, Maria das Graças de.; ROUSSEAU, Jean Jacques; Voltaire; CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. **Ilustração e história**: o pensamento sobre a história no iluminismo francês. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

¹⁰ Podemos afirmar que a disciplina História é a maior colaboradora para a formação de uma identidade nacional, principalmente para as gerações futuras.

¹¹ Diversos literatos brasileiros, entre eles os republicanos Manuel Bomfim e Olavo Bilac também contribuíram decisivamente para a maturação de uma memória nacional, que, na prática das relações sociais, contudo, revelou-se condição fundamental de legitimação do Estado-Nação. Seu modelo de escrita é claramente ufanista.

O IHGB pode ser definido como uma instituição cultural nos moldes de uma academia, assemelhando-se às próprias do Iluminismo, e que estabeleceu como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira, foco precípua da historiografia do século XIX.

Guimarães assim se refere ao Instituto e a construção de seu discurso historiográfico em relação ao Brasil:

A leitura da história empreendida pelo IHGB está marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo. (GUIMARÃES, 1988, p.8).

Percebe-se, então, que dentro do processo de debate sobre a Nação, durante o século XIX, está a temática dos três grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira, de acordo com os pensadores do Instituto. A perspectiva em que é tratada a questão é de cunho iluminista: a civilização, personificada na figura do homem branco, versus a barbárie, representada pelo elemento indígena e, principalmente, na figura do negro, trazido do continente africano, tido como um empecilho ao processo de civilização implementado pelos europeus no Brasil.¹² Além dos brancos, negros e índios, a historiografia revisionista contemporânea propõe a inclusão dos amarelos (asiáticos) e dos árabes como grupos que também fazem parte das bases da nação brasileira.¹³

Torna-se relevante pensar a questão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enquanto produtor de uma historiografia, cujos limites são estabelecidos pelo lugar de sua produção, carregando consigo as marcas do Estado Nacional, já que o instituto estava sob a proteção do imperador, e muito de seus membros pertenciam ao quadro burocrático da Monarquia. Boa parte das decisões tomadas pelo IHGB foi utilizada na educação brasileira ao longo dos tempos.

¹² Ver o debate travado em princípios do século XX, entre Sílvio Romero e Manuel Bomfim, acerca da representatividade e da personificação dos elementos que compõem a nacionalidade brasileira.

¹³ Sobre o revisionismo no Brasil, ver o artigo de Demian Bezerra de Melo intitulado **Considerações sobre o revisionismo**: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira. Disponível em:

< <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf> >. Acesso em 13 mar. 2012.

Outro bom exemplo para que seja demonstrada as práticas nacionalistas na educação do Brasil é a comemoração do Dia do Exército, em 19 de abril. Nesta data, em 1648, índios, negros e brancos, supostamente se uniram para expulsar o invasor holandês do nosso país. Esse confronto ficou conhecido como “Batalha dos Guararapes” e marca o dia do nascimento do Exército Brasileiro.¹⁴ Tal fato foi repetido sistematicamente nos livros didáticos ao longo dos séculos XIX e XX, a fim de criar a hipótese de união entre os povos do Brasil, remontando o século XVII.¹⁵

Nos dias atuais, o Exército também entra em destaque no cenário nacional com os desfiles de 07 de setembro, data da Independência do país. Neste dia, é realizado em todas as capitais do Brasil um desfile militar em carro aberto, com o objetivo de mostrar, para a população civil, as armas utilizadas pelos defensores da nação. São expostos tanques, carros blindados, mísseis e aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) e, em regiões litorâneas, navios, barcos e submarinos da Marinha do Brasil — MAR. Em cidades do interior, o desfile é uma tradição acompanhada de perto pela população local. Muitas crianças saem enfeitadas com trajes militares, levando bandeiras, e demonstrando todo o seu amor pela nação; amor este que vem sendo construído de forma subliminar, a várias gerações.

Não se pode deixar de lado a invenção do mito Tiradentes, citado como o pai da nação, pois defendia a pátria, mesmo que ela ainda não existisse e, por ela, ter entregue a sua vida. Os heróis nacionais, nesse sentido, são uma construção ideológica do Estado que tem sua importância aumentada, a cada década.

A Inconfidência Mineira (1789) — subversão a ordem político-econômica existente, na qual Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, participou com grande destaque — é entendida por Furtado como uma “agitação política”. Nas palavras da autora, “o caráter nativista do movimento, salientado pela historiografia, constituiu o marco do nascimento do espírito nacional, resultado da dicotomia Colônia/Metrópole.” (FURTADO, S.D, s.p).

Proclamada a República, em 1889, o novo regime precisava de uma figura imponente que retirasse do imaginário popular o então herói, D. Pedro I, que representava o passado, a Monarquia. Assim, o “novo herói republicano” deveria ser um instrumento eficaz para atingir a cabeça e o coração do povo. Diante da

¹⁴ Ver, BENTO, Claudio Moreira. **As batalhas dos Guararapes**: descrição e análise militar. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. 2v.

¹⁵ A Guerra do Paraguai (1864-1870) também é lembrada nos livros didáticos, jornais e revistas como um período de união do “povo brasileiro” contra o inimigo comum.

dificuldade de encontrar um herói na República, foi na figura de Tiradentes. Assim, criaram um salvador. Essa escolha, não se deveu apenas por ter sido ele um defensor do regime republicano. Deveu-se à imagem de sua figura modelada na memória popular com a qual o povo brasileiro se identificava: a figura de um mártir sacrificado, assim como Jesus Cristo.

Décadas depois, a lei número 4.897, de 09 dezembro de 1965, assinada pelo então Presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, sancionava que Tiradentes era declarado o patrono cívico do Brasil, como o mais alto título de glorificação dado a um cidadão brasileiro de todos os tempos, principalmente por ter lutado por um “alvorço” de caráter nacionalista.¹⁶

Para que a manipulação dos governos sobre o imaginário popular surtisse efeito, ao longo dos anos de 1970 e 1990, o Governo Federal fez uma intensa campanha de doação de materiais escolares, principalmente cadernos, para crianças pobres. A capa dos mesmos era constituída de uma imagem do libertador nacional, Tiradentes, que posteriormente também foi declarado patrono das Polícias Militares do Brasil e Herói Nacional. No que tange às homenagens, a data de sua morte, 21 de abril, foi declarada feriado nacional. Também foram construídos, em todo o país, centenas de monumentos, ruas, praças e hospitais em sua honra. Por fim, seu nome foi dado à rede de escolas dos policiais militares de Minas Gerais.¹⁷

Por tudo isso, as palavras de Fonseca são fundamentais para se compreender a importância do herói:

Transgressão, sacrifício, morte, salvação e utopia são alguns dos elementos que compõem os traços predominantes desses personagens e que podem ser encontrados nas representações de parte considerável dos heróis nacionais. (FONSECA, 2009, p.113).

A bandeira brasileira, como todos os símbolos nacionais, procura ser uma representação da pátria, inclusive no exterior. Foi criada em 19 de novembro de 1889, quatro dias depois da proclamação da República. Seu projeto pertence Raimundo Teixeira Mendes e Miguel Lemos. O desenho é de autoria de Décio

¹⁶ Uma análise importante encontra-se em: CARVALHO, Aline Fonseca; FURTADO, João Pinto. **A conveniência de um legado adequável**: representações de Tiradentes e da Inconfidência Mineira durante a Ditadura Militar. 149 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

¹⁷ Para uma análise mais profunda, ver: FONSECA, Thaís Nívia de Lima; CAPELETTO, Armando José. **Da infâmia ao altar da pátria**: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. 355f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2001.

Vilares e a inspiração veio da bandeira do Império, desenhada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, com o círculo azul e com a frase positivista "Ordem e Progresso" no lugar da coroa imperial.

Algo a ser ressaltado e analisado cuidadosamente é cada uma das quatro cores da Bandeira Nacional, que tem um significado distinto. O verde é a cor da Casa Real de Bragança (da qual fazia parte D. Pedro I, proclamador da Independência do Brasil); o amarelo representa Casa Imperial Austríaca dos Habsburgos (família de dona Leopoldina, mulher de D. Pedro I, Príncipe Regente); o círculo azul representaria o céu do Rio de Janeiro com a constelação do Cruzeiro do Sul, às 8h30, de 15 de novembro de 1889, data da Proclamação da República. Porém, existe uma simbologia popular que afirma que as cores da bandeira representam as principais características do nosso país. O verde simboliza nossas matas, o amarelo é o ouro (representaria as riquezas nacionais) e o branco seria a ausência de grandes conflitos (a paz).

Atualmente, a bandeira brasileira pode ser encontrada em todos os edifícios públicos do país, como nas embaixadas, nos postos de fronteira, de fiscalização, nas escolas, nas delegacias de polícia, nos hospitais, nos estádios de futebol, enfim, em todos os órgãos do governo nos níveis federal, estadual e municipal. Esta medida foi adotada para que as pessoas, brasileiras ou não, saibam que o Estado do Brasil está presente, de alguma maneira, naquele local.

O Hino Nacional do Brasil tem letra de Joaquim Osório Duque Estrada (1870 - 1927) e música de Francisco Manuel da Silva (1795 - 1865). Foi oficializado pela Lei nº 5.765, de 01 de setembro de 1971, publicada no Diário Oficial (suplemento) em 02 de setembro de 1971. O hino brasileiro possui uma série de particularidades que o faz ser considerado um dos mais belos do mundo. O texto gera uma dificuldade de compreensão, pois utiliza um vocabulário distante da realidade da maioria dos brasileiros.¹⁸ De maneira geral, pode ser definido como *parnasiano*, em sua estruturação e romântico e em seu conteúdo, característica marcante da escola literária a qual pertencia seus autores. Essa exaltação ufanista faz um elogio à geografia, a natureza, ao território e a sua gente heroica. Com isso, o hino do Brasil se distancia da maioria dos hinos nacionais do mundo, pois estes possuem uma

¹⁸ Sobre o assunto, ver a obra de DUARTE, Cristiano Lages. **Hino Nacional**: um eterno desconhecido do povo brasileiro. Fundação Mineira de Arte Aleijadinho, 1991.

preocupação em valorizar o passado de glórias, abordando principalmente as guerras, as armas e os personagens marcantes de sua história.

Para aumentar o conhecimento da população acerca de sua complexa letra, o Governo Federal instituiu, por meio de lei, que os livros didáticos e paradidáticos deveriam trazer na última folha a letra do hino nacional na íntegra. Observa-se que ainda persiste, na mentalidade do governo, a necessidade de manter e ampliar o sentimento de nação do povo brasileiro. Para isso, o senador Gerson Camata (Partido do Movimento Democrático Brasileiro/ES), foi o autor do Projeto de Lei 31/06, que obriga a letra do Hino Nacional Brasileiro ser impressa nas contracapas de cadernos escolares e livros didáticos produzidos e adquiridos com recursos da União. Na opinião do relator da Comissão da Educação, o senador João Ribeiro (Partido Liberal/TO), a proposta pode ser considerada uma "feliz iniciativa" no sentido de aproximar os jovens do hino brasileiro.¹⁹

Outro exemplo que pode ser analisado é o projeto de lei de autoria do deputado federal Lincoln Portela (Partido da República/MG), que altera a Lei no 5.700, de 1º de setembro de 1971, para determinar a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional, uma vez por semana, nas escolas públicas e particulares de ensino fundamental, foi sancionada no dia 21 de setembro de 2009, pelo ex-presidente em exercício, José Alencar.

Pode-se observar que as representações da nação – o hino, a bandeira, o herói, o Exército e o Instituto que guarda a memória do país – foram criados no mesmo contexto, período em que ocorre um declínio da Monarquia e o surgimento de uma República.

Sendo assim, após todas essas observações, concluí-se que os fatores citados anteriormente são formas de nacionalismo criadas pelo Governo Brasileiro com o objetivo central de ampliar o sentimento de nação entre a população.²⁰ Para Hobsbawm:

[...] as nações são, do meu ponto de vista, fenômenos duais, construídos pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não

¹⁹ Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2006/04/25/cadernos-e-livros-didaticos-terao-hino-nacional-na-contracapa>>. Acesso em 06 fev. 2012.

²⁰ Não podemos deixar de lado o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como instituição governamental que mantém a memória do país.

são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas. (HOBSBAWM, 1992, p.19).

Logo, a ideia de Nação é uma invenção das elites – algo que parte de cima para baixo – onde os grupos dominantes remetem-se ao passado para criar uma ideia de pertencimento a algo maior. Neste sentido, as “novas tradições” são impostas por estes grupos que definem quais são as características culturais que representam todo o país, no caso do Brasil, o futebol, o samba e o carnaval, mesmo que uma parcela significativa da população não se identifique com tais qualidades. Em suma, o governo objetiva educar as crianças para que, no futuro, o povo represente e tenha orgulho de seu país. Fonseca ilustra bem o papel dado a escola como promotora do nacionalismo. Nas palavras da autora:

[...] o material escolar tem sido, de fato, um dos grandes responsáveis pela permanência de discursos fundadores da nacionalidade, principalmente os livros didáticos, através dos quais é possível perceber as relações entre política, cultura e educação. [...] a política educacional do Estado que, particularmente preocupado com a formação cívica do cidadão, intervinha na programação escolar [...] em cumprimento às metas de fortalecimento da nacionalidade, pela prática de um civismo construtor. (FONSECA, 2009, p.113).

Ao tornar obrigatório o ensino primário e difundir o sistema educacional em todo o Brasil, o Estado consegue chegar aos mais distantes cantos do país. A escola não pode ser entendida somente como um elemento de padronização da língua, mas também como divulgadora de um modelo cultural, histórico e civilizacional proposto pelo Estado-Nação.

O melhor exemplo para tal questão é o período do Estado Novo (1937-1945), regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas, que marcou o ponto alto da repressão à cultura e às línguas alóctones, trazidas pelos imigrantes, principalmente italianos e alemães. O processo que ficou conhecido como Nacionalização do Ensino, pretendia acabar com as línguas estrangeiras no Brasil, especialmente o alemão e italiano nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O objetivo do governo consistia em que, através da escola, os filhos dos imigrantes pudessem levar a cultura brasileira para suas casas, reduzindo a influência dos costumes europeus nessa região. Nesses estados, Vargas queria reprimir os imigrantes que

não adotassem o português como língua oficial, acusando-os de cometer crime idiomático contra a nação.²¹

Logo, entre os anos de 1941 e 1945, o governo ocupou as escolas, fechou gráficas de jornais em italiano e alemão, perseguiu, prendeu e torturou pessoas pelo fato de falarem suas línguas maternas em público ou mesmo em suas casas, inaugurando um período de terror que culminará com a redução drástica no número de falantes de línguas estrangeiras no país.

Assim, as práticas nacionalistas na educação não podem ser compreendidas em um ano ou uma década, por se tratar de um processo de longa duração, intensamente e amplamente desenvolvido por diversos governos. Sendo assim, este modelo de educação tem por objetivo ensinar, sobretudo o camponês, maneiras, modalidades, alfabetização, um conhecimento sobre o Brasil e um sentido das estruturas legais e institucionais que transcendem o limite da comunidade local. Cabe também à escola uma formação religiosa, através do catecismo, uma formação nacional, com as disciplinas de História e Geografia e uma educação militar, preparando o educando para o trabalho, a guerra, a defesa nacional e a para a saúde do corpo.

Em diferentes épocas, a escola, representada na figura dos livros didáticos, de leitura pelo material pedagógico, dos festivais de música, do teatro, da propaganda, dos jornais culturais e do patrimônio histórico, desempenharam no país um processo de maturação e consolidação de uma memória nacional, como condição da própria consolidação do Estado-Nação. A função da ideia de nação e nacionalismo, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989. (Introdução)

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **Os heróis nacionais para crianças**: ensino de história e memória nacional. In: ROCHA, Helenice; MAGALHAES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

²¹ A estrutura minifundiária e a colonização homogênea foram condições que garantiram a certas regiões manter suas línguas, culturas e tradições no Brasil.

FURTADO, Junia Ferreira. **O outro lado da Inconfidência Mineira: pacto colonial e elites locais.**

Disponível em:
<<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/ootroladodainconfidenciamineirapactocolonial eeliteslocais.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2012.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A República, a história e o IHGB.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOMES, Francisco. **O dia da bandeira.** São Paulo: Anchieta, 1941.

GUIMARÃES, Manoel L.S. **Nação e civilização nos trópicos.** Revista de Estudos Históricos, CPDOC, nº 1, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1870.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MCCANN, Frank D. **A nação armada: ensaios sobre a história do exército brasileiro.** Recife, PE: Guararapes, 1982.

NAÇÃO. In: PIMENTA, E. Orsi. **Dicionário brasileiro de política.** Belo Horizonte: Lê, 1982.

NAÇÃO. In: ROSSOLILLO, Francesco. **Dicionário de Política.** 5. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. 2v, p. 797.

SMITH, Anthony D. **Nacionalismo.** Lisboa: Teorema, 2006.